Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo do exercício de 2024, segundo ano da atual gestão, a Prodesp reafirmou seu papel na transformação digital do Estado de São Paulo, garantindo serviços mais ágeis, acessíveis e seguros para os 46 milhões de habitantes. Economizamos R\$ 1,2 bilhão com otimização de licitações e renegociação de contratos, o que possibilitou um aumento no lucro líquido e Ebitda; reforçando nosso compromisso

com a administração eficiente dos recursos públicos e com o cidadão paulista. A Companhia teve um lucro líquido de 101,3 milhões (+24% vs 2023), aumentando mais do que proporcionalmente os investimentos na modernização da infraestrutura e dos seus sistemas estruturantes. Foram investidos R\$ 716,3 milhões (+66% vs 2023) na transformação digital do Estado de São Paulo.

Expandimos serviços digitais para facilitar a vida do cidadão. A Transferência Digital de Veículos vem reduzindo a necessidade do cidadão comparecer aos cartórios, aumentando a segurança das transações. O aplicativo Poupatempo incorporou novas funcionalidades da saúde, como agendamento de mamografias e monitoramento de filas para transplantes. O SP Mulher Segura se destacou no combate à violência doméstica.

Apoiamos o empreendedorismo com a Plataforma Facilita SP, que integra dados de 11 órgãos e simplifica a abertura de empresas. Rompemos os paradigmas de dias e horas, os empreendedores

paulistas podem abrir em minutos empresas de 900 CNAEs. No campo da infraestrutura tecnológica, modernizamos o Diário Oficial do Estado e avançamos na modernização de sistemas do Data Center da Sede, assegurando mais segurança e eficiência.

O Poupatempo, referência em atendimento a população, atingiu 4.311 serviços e 11 novas unidades, totalizando 245 postos em 233 cidades. Atualmente, 76,5% dos atendimentos são digitais, consolidando um modelo mais eficiente.

Conquistas como essas só foram possíveis pelo comprometimento de colaboradores e parceiros. Seguimos alinhados à Estratégia de Governo Digital da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD) e ao Programa São Paulo na Direção Certa, investindo na Transformação Digital de São Paulo.

Gileno Gurjão Barreto
Diretor-Presidente

GESTÃO CORPORATIVA

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A Prodesp aumentou seus investimentos em transformação digital, focando em hiperautomação, cibersegurança e integração de serviços públicos. Em 2024, o valor investido foi 65,8% maior que em 2023. Entre os destaques estão iniciativas como a Transferência Digital de Veículos, o Sistema Eletrônico de Informações e o SP Mulher Segura, que promovem eficiência e inclusão. Essas ações reforçam o compromisso da empresa em modernizar a gestão pública e aprimorar a experiência dos cidadãos.

Eficiência Financeira

Com metodologias aprimoradas para definir o valor de licitações, eliminando preços fora da realidade, a Prodesp alcançou uma economia de **R\$ 817,9 milhões** ao reduzir valores inicialmente estimados. Além disso, a renegociação de contratos e a otimização de custos evitaram despesas de **R\$ 412,6 milhões**, por meio de descontos, ajustes no escopo de contratos e renúncia de reajustes. No total, a economia foi de **R\$ 1,2 bilhão**.

A Companhia também implementou um programa de otimização de custos e eficiência operacional. Ações como renegociação de contratos, uso inteligente de recursos e parcerias estratégicas com fornecedores garantiram condições mais vantajosas e econômicas, melhorando o EBITDA em 48,5% e o Lucro Líquido em 55,2%.

Mesmo diante de desafios, a Prodesp alcançou lucro líquido no exercício e contribuiu para que seus clientes de Governo também se adequassem ao programa *São Paulo na Direção Certa*, oferecendo descontos em contratos e renovações sem reajustes.

Continua ▶

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2024

INOVAÇÃO COMERCIAL

Com foco em inteligência de mercado e inovação, a Prodesp reafirma seu papel estratégico na transformação digital do setor público, desenvolvendo soluções que modernizam a gestão e elevam a eficiência dos serviços prestados à população de São Paulo.

Em 2024, a Companhia ampliou sua gama de soluções de segurança cibernética, hiperautomação e inteligência artificial para garantir maior capacidade de entrega do Estado, reduzir o tempo de atendimento ao cidadão e assegurar uma maior e melhor oferta de serviços públicos.

Entre os avanços na atuação comercial, estão a digitalização e automação do Diário Oficial do Estado, o Customer Relationship Management (CRM) exclusivo para aprimorar a relação com clientes e a criação do Centro de Inteligência Comercial, para análise de dados estratégicos que embasem decisões de negócios, aumentem a competitividade e identifiquem oportunidades de mercado.

Com a visão voltada para o futuro, a Prodesp segue liderando a transformação digital no setor público, trazendo soluções mais ágeis, seguras e adaptáveis às novas demandas da sociedade.

SOLUÇÕES PARA CLIENTES

Poupatempo

O Poupatempo tem como missão facilitar a vida dos paulistas, oferecendo uma ampla gama de serviços essenciais, como agendamentos, consultas e atendimento para serviços diversos. Além das unidades físicas, estrategicamente distribuídas por todas as regiões do estado, o programa também disponibiliza canais digitais que permitem aos cidadãos acessar serviços online de forma rápida, ágil e acessível.

CDHU Dívida Ativa Estadual
Licenciamento Digital
SP Mulher Segura
 Consulta de Hemocentros
Encontre seu Pai Aqui
Cartão TOP Certificado Digital
Carteira de Identidade Nacional
CPF Transferência Digital de Veículos
Agendamento Mamografia Nota Fiscal Paulista
Filas de Transplantes Serviços Municipais
Matrícula Escolar

CipTea Antecedentes Criminais
IPVA Carteira do Aluno
CNH Boletim Escolar
Carteira de Identidade Nacional

Prêmios

Smart Customer 2024

Categoria "Inovação em Relacionamento", com o case "São Paulo em Libras" no app Poupatempo SP.GOV.BR.

iBest

Conquista em 2024 de mais uma premiação na categoria Governo Estadual, como uma das principais referências em atendimento ao cidadão no país.

4.311 serviços disponíveis

245 unidades em todo o estado

64,6 mm de atendimentos realizados em todos os canais em 2024

11,0 mil colaboradores (terceiros)

R\$ 732,9 mm em investimentos

Habilitação e Veículos

Transferência Digital de Veículos (TDV)

Agora, a transferência de veículos é feita de maneira ágil e 100% digital, diretamente no celular, por meio do aplicativo Poupatempo. Com tecnologia Prodesp, a iniciativa conquistou o prestigiado Gartner Eye on Innovation Awards no Government, destacando o compromisso do Governo de São Paulo com a transformação digital e a inovação no setor público.

33 mil transferências realizadas entre março e dezembro de 2024

Reformulação do Portal de Serviços do Detran.SP

Um portal totalmente reformulado, com navegação intuitiva e design responsivo, tornando os processos mais simples e acessíveis.

Indicação Online de Condutor Infrator

A integração com a Carteira Digital de Trânsito facilita a indicação online do condutor infrator, sem a necessidade de processos manuais.

Emissão Automática do Termo de Recolhimento de Veículo (TRV)

Emissão instantânea do TRV, com acompanhamento em tempo real pelo Portal Detran.SP, trazendo mais transparência e agilidade ao cidadão.

Educação

160 mil professores e **3,4 milhões** de alunos atendidos

Corrigidos em 2024: **9 milhões** de textos e **6 milhões** de tarefas discursivas

Inteligência Artificial no RedaçãoSP e TarefaSP

A Inteligência Artificial otimiza a correção de redações e tarefas, oferecendo feedback imediato e preciso, ajudando os professores a acompanhar o progresso dos alunos.

Desenvolvida pela Prodesp para a Secretaria de Educação, a plataforma Sala do Futuro proporciona mais agilidade e organização para alunos e professores, com acesso fácil à agenda escolar, tarefas, provas, boletins e ambientes de aprendizagem.

Continua

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2024

Identificação Civil

1,4 milhão

de identidades emitidas em 2024

O desenvolvimento do sistema que integra informações entre o Poupatempo, o Instituto de Identificação, a Receita Federal e outros órgãos foi fundamental para a implementação da Carteira de Identidade Nacional (CIN) no estado de São Paulo. Com validade em todo o território nacional, o documento segue padrões internacionais, elimina divergências de dados e proporciona maior confiabilidade na identificação. Os cidadãos podem solicitá-lo em qualquer unidade do Poupatempo.

Abertura de Empresas

FACILITA SP

O portal Facilita SP chegou para simplificar a abertura de empresas e proteger o empreendedor paulista. Com tecnologia avançada, a Prodesp acelerou para minutos um processo que antes poderia levar dias. O sistema, voltado ao empresário individual e à sociedade limitada, é uma parceria entre a Prodesp, Jucesp e Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Gestão do Funcionalismo

O novo sistema de Gestão de Pessoal da Secretaria de Gestão e Governo Digital, trouxe maior transparência e eficiência na gestão de recursos humanos, criando uma base unificada de dados que permite análises mais precisas e estratégicas.

Saúde

Acesso Digital

O aplicativo Poupatempo tem transformado o acesso aos serviços estaduais de saúde, oferecendo diversas funcionalidades que vão desde o agendamento de exames, acompanhamento da fila de transplantes e consulta de unidades dos hemocentros. Mais transparência e comodidade para o cidadão.

Mamografia

Em 2024, a parceria do programa Poupatempo com as Carretas de Mamografia resultou em um aumento de 40% nos exames de prevenção ao câncer de mama. Esse avanço foi possível devido à implementação de um sistema de agendamento de horários diretamente pelo aplicativo móvel.

Medicamentos

Desenvolvida uma plataforma inovadora para a Secretaria de Estado da Saúde, que possibilitará aos cidadãos o acesso facilitado a medicamentos, permitindo a solicitação e entrega diretamente em casa.

sei! cidades

O Sistema Eletrônico de Informações transformou a gestão pública em São Paulo. Em operação em 90 cidades, mais de 100 mil processos foram digitalizados em apenas um ano, garantindo maior eficiência à administração pública. Em 2024, 472 novos municípios aderiram ao SEI.

Pague SP

O Pague SP modernizou o pagamento de multas e taxas do Detran.SP, com a inclusão do PIX, permitindo que o cidadão regularize sua situação de maneira ágil e sem burocracia.

Modernização do Diário Oficial do Estado

Com a digitalização e automação, o Diário Oficial do Estado está mais ágil e eficiente, com integração dos cadernos Executivo e Jucesp ao SEI, facilitando a publicação e acesso às matérias.

Unificação dos Portais de Governo

A Prodesp desenvolveu o CMS.SP.GOV.BR, uma plataforma que facilita a organização e publicação de conteúdos nos sites governamentais, garantindo maior segurança e uma experiência mais intuitiva para o cidadão que busca serviços.

ACORDO PAULISTA

A plataforma Acordo Paulista, desenvolvida para a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), impulsionou a negociação de débitos como ICMS e IPVA, com descontos de até 100% em juros e multas.

54,7 bilhões

renegociados para os cofres do Estado

Segurança

Criado pela Prodesp para a Secretaria de Segurança Pública, o aplicativo SP Mulher Segura tem sido essencial para mulheres em situação de risco, garantindo acesso rápido e seguro aos serviços de proteção do Estado. A plataforma permite o registro de boletins de ocorrência e o acionamento do botão de pânico.

530 acionamentos do botão pânico

OUTRAS SOLUÇÕES

Fiscalização no Free Flow

Com tecnologia de ponta, a Prodesp tem sido uma aliada na fiscalização das rodovias concedidas à iniciativa privada por meio do sistema Free Flow. A companhia é responsável pelo processamento das multas geradas por esse sistema, utilizando uma arquitetura moderna para garantir a eficiência e confiabilidade no tratamento dos dados.

Fala.SP

Plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação, integrando o recebimento de solicitações do cidadão.

SEI Habitacional e Auxílio Aluguel

Módulos especializados para projetos habitacionais e apoio a vítimas de violência.

Continua

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2024

PESSOAS

A Prodesp é a sua CARA!

VOCE FAZ PARTE DESSA
FORMULA DE SUCESSO!

Clima Organizacional

Para captar a percepção dos colaboradores em busca de insights para a criação de um ambiente de trabalho mais positivo e produtivo, com reflexo na qualidade dos serviços prestados, a Prodesp realizou pesquisa de clima organizacional, por meio de instituto independente, com metodologia utilizada por mais de 10 mil empresas em cerca de cem países.

16,1 mil

colaboradores próprios e terceiros

Capacitação

Tendo como premissa a cultura do aprendizado como diferencial competitivo, a Prodesp desenvolveu um amplo programa de capacitação em 2024. Entre cursos comportamentais, técnicos, corporativos e mandatórios, foram **9,8 mil** participações em atividades de treinamento, presenciais ou online, que totalizaram **46,7 mil** horas.

Avaliação de Desempenho

A adoção da avaliação de desempenho em cinco ratings, comum nas grandes corporações, tornou mais transparente e justo o processo de progressão salarial e o pagamento do Programa de Participação nos Resultados (PPR). Em 2024, os funcionários próprios foram contemplados com progressão salarial.

GOVERNANÇA

Integridade e Gestão de Riscos

A Prodesp fortaleceu sua governança com parcerias estratégicas, aprimoramento da gestão de riscos e adoção de políticas alinhadas ao Radar Anticorrupção. Um plano de ação foi estruturado para elevar a maturidade da governança, conforme diretrizes do Estado.

Planejamento Estratégico

O ciclo 2024-2028 mantém a base anterior, agora incorporando a Estratégia de Governo Digital. A revisão dos objetivos estratégicos e a adoção de um modelo estruturado de monitoramento de indicadores asseguram mais eficiência na gestão e melhor alinhamento com as diretrizes estaduais.

Regulamento Interno de Licitações e Contratos

A Prodesp revisou seu regulamento interno, incorporando inovações da Lei 14.133/2021. A modernização garante mais agilidade nos processos, maior controle de preços e planejamento aprimorado, com a criação do Plano de Licitações e Contratações.

Inovação

Criação da Coordenadoria de Inovação para fomentar novas ideias, fortalecer o ecossistema tecnológico e captar investimentos. Em 2024, retomou incentivos da Lei do Bem, lançou o Portal da Inovação para engajar colaboradores e firmou quatro acordos estratégicos no âmbito do Marco da Inovação.

Portifólio e Projetos

O Escritório de Projetos tornou-se o Value Management Office (VMO), focado na entrega de valor. O sistema Esfera padronizou mais de 1.500 iniciativas estratégicas, enquanto o Quarterly Strategy trouxe previsibilidade. Todos os processos foram mapeados pelo framework Theoron, reforçando riscos e controles internos.

Manifestações do Cidadão

Aderindo ao Fala.SP, a Prodesp fortalece sua Ouvidoria e amplia sua maturidade institucional. Entre as iniciativas, destaca-se a criação do Conselho de Usuários de Serviços Públicos, responsável por avaliar serviços como Diário Oficial e Certificação Digital, garantindo mais transparência e participação social.

Jurídico 4.0

A modernização jurídica garantiu a certificação AB2L e trouxe avanços como o Legal Operation, para gestão data driven, e o Núcleo de Propriedade Intelectual, voltado ao registro e defesa de marcas e softwares. O Núcleo Tribunal de Contas foi criado para acompanhar demandas junto ao órgão fiscalizador.

Auditoria Interna e Independente

A Auditoria Interna adotou novas metodologias do IPPF (International Professional Practices Framework) e passou por reestruturação. Além disso, uma nova auditoria independente foi contratada via licitação, garantindo mais qualificação técnica e controle financeiro aprimorado.

ESG - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS

MEIO AMBIENTE

Em sintonia com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 12 - Consumo e Produção Responsáveis -, a Prodesp estabelece parcerias estratégicas com cooperativas e ONGs voltadas à reciclagem de materiais, além de contar com empresas especializadas na destinação adequada de resíduos, como lâmpadas. Essas e outras iniciativas da Companhia estão detalhadas no Relatório de Sustentabilidade, disponível para consulta na área de Governança do site: www.prodesp.sp.gov.br.

Em 2024, foram processados:

- 11,3 toneladas** de papel branco e misto
- 6,5 toneladas** de papelão
- 5,1 toneladas** de plásticos
- 1.300 unidades** de lâmpadas

Sustentabilidade

sei!

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) tem promovido uma transformação significativa na gestão pública do Governo de São Paulo. Possibilitou a tramitação de mais de **9,5 milhões** de processos, resultando em uma economia de **R\$ 2,2 bilhões** ao Estado. A modernização contribuiu para a preservação ambiental, evitando o uso de papel equivalente a **91 mil eucaliptos**.

91 mil
árvores preservadas

Continua ▶

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2024

AVANÇOS E INOVAÇÕES

Modernização da Infraestrutura

Diversas ações foram implementadas para aprimorar a qualidade do ambiente de trabalho. A revisão do sistema de para-raios garantiu maior proteção, enquanto a troca das luminárias de vapor por LED possibilitou uma redução significativa no consumo de energia. A criação de uma pista de cooper promoveu a saúde dos colaboradores, e a restauração do asfalto no anel viário e vias de serviço melhorou a circulação interna.

Além disso, a modernização das cancelas de acesso e a reforma da Cúpula contribuíram para um ambiente mais seguro e funcional. Essas melhorias refletem o compromisso contínuo com a segurança, o bem-estar e a sustentabilidade da Prodesp.

Transformação Digital

A jornada de digitalização da Companhia avançou com diversas iniciativas para otimizar processos e melhorar a eficiência. Destacam-se a implementação de um assistente virtual nos sistemas de cobrança de serviços do e-CNHsp e e-CRVsp, facilitando o atendimento e tornando os processos mais ágeis. Além disso, também foi implantado um sistema de gestão integrada de iniciativas, ações e metas corporativas, oferecendo maior controle das atividades. A área Jurídica adotou inteligência artificial generativa, proporcionando mais agilidade nas análises. A automação das atestações de faturas avulsas otimizou processos internos, e o atendimento de recursos humanos foi integrado ao Portal Corporativo, facilitando o acesso dos colaboradores.

Leilão de bens móveis

Com o intuito de desocupar o prédio da antiga filial Mooca, para sua alienação, foi realizado leilão de bens móveis - máquinas, equipamentos, mobiliário e veículos. Cerca de 42% dos lotes foram arrematados, gerando uma receita de R\$ 1,8 milhão, um incremento de 51,1% sobre o valor inicialmente avaliado.

Acervo da Imprensa Oficial do Estado

A sanitização do acervo da Imprensa Oficial para seu envio ao Arquivo Público do Estado, iniciado em 2023, foi concluída. No total, foram sanitizados cerca de 186 metros cúbicos de brochuras do Diário Oficial do Estado e livros.

Venda de livros

Acordo firmado com a Amazon permitiu colocar obras da antiga editora da Imprensa Oficial, incorporada pela Prodesp em 2021, à venda na plataforma da Amazon, gigante mundial do comércio eletrônico. O objetivo é eliminar o estoque existente e, ao mesmo tempo, colocar um rico acervo ao alcance de um público maior.

Doações ao FUSP

A Prodesp encaminhou ao Fundo Social de São Paulo doação de mais de 9 mil itens, incluindo equipamentos de telefonia e informática, mobiliário e livros. Além da função social e de sustentabilidade, a iniciativa foi mais uma ação para desmobilização da filial Mooca.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OPERACIONAIS

Migração de Sistemas

O ambiente de processamento da filial Mooca foi totalmente desativado após a migração de sistemas. Agora, as operações estão centralizadas no Data Center da sede da Companhia. No caso da Unidade Certificadora, a transição foi realizada para um novo data center primário.

Mitigação de Riscos

Implantação de soluções avançadas de cibersegurança no Data Center, focadas no gerenciamento e proteção em tempo real de dados e aplicativos críticos. As medidas visam aprimorar a eficiência operacional e reduzir riscos, alinhando-se às melhores práticas de segurança da informação.

Rede Intragov

Com a nova versão da Rede Intragov, já em processo de contratação, a comunicação entre órgãos públicos vai se tornar mais segura e eficiente. Com mais de 17 mil links ativos, a rede oferecerá maior velocidade e segurança no tráfego de informações entre entidades governamentais.

Serviços Operacionais

21,5 milhões
de documentos digitalizados

8,2 milhões
de coletas biométricas para emissão de RG e CNH

5,7 milhões
de documentos impressos

PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Satisfação dos Clientes

A satisfação dos clientes com a Prodesp, medida anualmente por meio de pesquisa conduzida por instituto independente, apresentou oscilação positiva. Em 2024, o nível de satisfação geral atingiu 7,74, contra 7,65 em 2023. Já a média da avaliação por atributos como equipe de atendimento, qualidade dos serviços, recursos e prazos foi 7,95, contra 7,94 no ano anterior.

Relatório de Sustentabilidade

A Prodesp apresentou um novo documento destacando suas principais realizações e compromissos ESG. A publicação reforça o compromisso da Companhia com a transparência e a responsabilidade socioambiental, evidenciando avanços e iniciativas que impulsionam a sustentabilidade. <https://www.prodesp.sp.gov.br/transparencia/relatorio-integrado-ou-de-sustentabilidade>

Avaliação dos Administradores

Em atendimento à Lei federal 13.303/2016, a Prodesp procedeu à avaliação coletiva e individual do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. O processo de avaliação seguiu a metodologia e os procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (Codec) na Deliberação 2/2024. Os resultados das avaliações buscam identificar oportunidades de melhoria.

Continua ▶

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	590.592	549.004	Fornecedores	13	550.682	451.564
Contas a receber de clientes	6	460.633	472.131	Arrendamentos	14	21.671	-
Valores a receber convênios	7	58.622	279.068	Valores a pagar convênios	7	381.125	605.747
Tributos a recuperar	8	125.940	78.009	Salários e encargos sociais	15	84.281	81.326
Despesas antecipadas	9	241.663	314.768	Obrigações fiscais	16	67.796	59.417
Outros ativos circulantes		10.726	14.948	Juros sobre o capital próprio	18.3	20.049	41.637
		1.488.176	1.707.928	Outros passivos circulantes		20.440	10.545
						1.150.044	1.250.236
Ativos não circulantes mantidos para venda				Não circulante			
	10	9.854	8.122	Fornecedores	13	4.044	6.969
		1.498.030	1.716.050	Arrendamentos	14	19.062	-
				Provisão para contingências	17	41.139	37.595
Não circulante				Patrimônio líquido			
Realizável a longo prazo				Capital social	18.1	744.841	668.232
Despesas antecipadas	9	29.516	31.003	Reserva de lucros	18.2	124.046	123.446
Depósitos para recursos		7.732	5.043			868.887	791.678
Tributos diferidos	24.2	24.987	71.318				
Tributos a recuperar	8	13.442	356				
Investimentos		900	1.249				
Imobilizado	11	205.156	156.596				
Intangível	12	303.413	104.863				
		585.146	370.428				
Total do ativo		2.083.176	2.086.478	Total do passivo e patrimônio líquido		2.083.176	2.086.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto lucro por ações expresso em reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	19	2.231.634	2.207.046
Custo dos serviços prestados	20	(1.947.533)	(1.797.391)
Lucro bruto		284.101	409.655
Despesas com vendas, gerais e administrativas	21	(221.262)	(217.983)
Resultado com baixa de ativos imobilizado e intangível		1.590	1.658
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	68.740	(129.888)
Despesas operacionais		(150.932)	(346.213)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		133.169	63.442
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	26.896	35.011
Despesas financeiras	23	(12.476)	(201)
		14.420	34.810
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		147.589	98.252
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	24.1	(46.331)	(16.404)
Lucro líquido do exercício		101.258	81.848
Lucro líquido por lote de mil de ações	25	8,14	6,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	101.258	81.848
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	101.258	81.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Lucro acumulado	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		668.232	6.629	76.608	(2)	-	751.467
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	81.848	81.848
Destinações do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	18.2	-	4.092	-	-	(4.092)	-
Destinação de juros sobre o capital próprio para distribuição	18.3	-	-	-	-	(41.637)	(41.637)
Constituição de reserva de lucros		-	-	36.119	-	(36.119)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		668.232	10.721	112.727	(2)	-	791.678
Aumento de capital social	18.1	76.609	-	(76.609)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	101.258	101.258
Destinações do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	18.2	-	5.063	-	-	(5.063)	-
Destinação de juros sobre o capital próprio para distribuição	18.3	-	-	-	-	(24.049)	(24.049)
Constituição de reserva de lucros		-	-	72.146	-	(72.146)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		744.841	15.784	108.264	(2)	-	868.887

Continua >

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		147.589	98.252
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	11 e 12	114.536	130.517
Provisão para perdas de crédito esperadas	22	(77.416)	123.100
Baixa de ativos imobilizado e intangível	11 e 12	23.321	(2.013)
Provisão para contingências		3.545	1.813
Outros		351	(439)
		211.926	351.230
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		88.914	(202.286)
Valores a receber convênios		29.431	278.357
Tributos a recuperar		(61.017)	18.733
Despesas antecipadas		74.593	(253.809)
Depósito para recursos		(2.689)	(728)
Outros ativos		4.219	794
Fornecedores		96.185	150.832
Valores a pagar convênios		(33.606)	(341.223)
Salários e encargos sociais		2.955	(9.289)
Obrigações fiscais		16.287	610
Outros passivos		9.901	6.091
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.908)	(68.163)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		429.191	(68.851)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	11	(68.731)	(41.709)
Aquisições de intangível	12	(277.235)	(34.608)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(345.966)	(76.317)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		-	(5.356)
Juros sobre o capital próprio pago		(41.637)	(23.391)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(41.637)	(28.747)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		41.588	(173.915)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	5	549.004	722.919
No final do exercício	5	590.592	549.004
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		41.588	(173.915)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	2024	2023
Receitas		
Receita com serviços prestados, líquida de descontos	2.592.078	2.362.149
Reversão (Constituição) de perdas de crédito esperadas	77.416	(123.100)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.695.903)	(1.514.781)
Custo dos serviços prestados	(1.629.077)	(1.444.993)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(32.904)	(52.216)
Outros	(33.922)	(17.572)
Valor adicionado bruto	896.175	847.368
Depreciação e amortização	(114.536)	(130.517)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	781.639	716.851
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	35.115	54.830
Outras receitas	26.896	35.010
	8.219	19.820
Valor adicionado total a distribuir	816.754	771.681
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(492.141)	(437.185)
Remuneração direta	(373.950)	(339.026)
Benefícios	(90.742)	(73.766)
Encargos	(27.449)	(24.393)
Impostos, taxas e contribuições	(223.263)	(252.447)
Federais	(168.797)	(198.561)
Municipais	(54.466)	(53.886)
Remuneração de capital de terceiros	(94)	(201)
Juros	(94)	(201)
Remuneração de capitais próprios	(101.258)	(81.848)
Juros sobre o capital próprio	(24.049)	(41.637)
Lucros retidos	(77.209)	(40.211)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp ("Empresa de Tecnologia do Estado de São Paulo" ou "Prodesp" ou "Companhia") é a empresa pública de tecnologia da informação e comunicação do Estado de São Paulo, fundada em 1969, com sede em Taboão da Serra e filiais em outras cidades. A Companhia é controlada pela Fazenda do Estado de São Paulo e segue a legislação aplicável às empresas estatais, em especial a Lei 13.303/2016 ("Lei das Estatais").

Com um papel central na modernização da administração pública, a Prodesp lidera a transformação digital do Estado de São Paulo, fornecendo soluções tecnológicas inovadoras que viabilizam a digitalização de serviços e aprimoram a eficiência da gestão pública. A Companhia atua no desenvolvimento de sistemas, gestão de operações de TI, terceirização de processos de negócios, segurança da informação, cibersegurança, hiperautomação, certificação digital e consultoria especializada.

Em 2024, a Companhia ampliou significativamente seu portfólio de soluções digitais, consolidando-se como principal catalisadora da modernização tecnológica do Estado. Entre as iniciativas de destaque, estão a Transferência Digital de Veículos, que eliminou processos burocráticos e tornou a transação 100% digital; o SP Mulher Segura, plataforma inovadora para apoio às vítimas de violência doméstica; e o Facilita SP, que integra dados de 11 órgãos estaduais e simplifica a abertura de empresas.

O Poupatempo, principal canal de atendimento ao cidadão, também passou por avanços expressivos, expandindo sua rede para 245 unidades. A modernização do aplicativo Poupatempo possibilitou novas funcionalidades, como agendamento de mamografias e monitoramento de filas de transplantes, reforçando a acessibilidade e a eficiência do serviço.

Em 22 de maio de 2024, foi promulgado o Decreto nº 68.538, que instituiu o Plano "São Paulo na Direção Certa", com o objetivo de modernizar a Administração Pública estadual, aumentar a eficiência dos gastos, fomentar investimentos estratégicos e reduzir despesas correntes. Embora o decreto não tenha aplicação direta à Prodesp, as medidas de contenção de despesas impactaram a dinâmica de demanda por serviços tecnológicos, com priorização de contratos essenciais e postergação de iniciativas que exigiriam novos investimentos.

Por outro lado, a necessidade de modernização e eficiência impulsionou a Companhia a intensificar seus esforços em iniciativas estratégicas, como automação de processos, cibersegurança e gestão integrada de serviços públicos. Projetos como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e plataformas voltadas à inclusão

e proteção social fortalecem a capacidade tecnológica das entidades públicas, simplificam a prestação de serviços e ampliam a segurança das operações digitais.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16, incluindo os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto nas situações mencionadas nas práticas contábeis a seguir, são apresentadas em milhares de Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e estão apresentadas de forma comparativa em relação ao exercício anterior.

2.1. Reconhecimento das receitas de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas na demonstração do resultado em contrapartida à conta de "Contas a receber de clientes" no balanço patrimonial quando o controle sobre os serviços é transferido para o cliente pelo valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses serviços e já são registradas deduzidas de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas.

As receitas são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são executados pela Prodesp ou consumidos pelos seus clientes. Os consumos são atestados por meio de medições mensais, e após o aceite são faturados ao cliente.

Os principais serviços oferecidos pela Prodesp são:

- Multicloud:** fornecimento de poder computacional (CPU, memória e sistema operacional, armazenamento e retenção de dados, em alta ou baixa plataforma) que mescla soluções próprias do Data Center Prodesp e soluções de mercado;

- Segurança da Informação:** soluções que proporcionam um controle abrangente sobre os acessos privilegiados, acompanhado da capacidade de identificar e mitigar ameaças em tempo real, independente do sistema operacional ou da infraestrutura de nuvem em utilização;

- Plataforma de Hiperautomação:** solução que otimiza os processos de negócios, eliminando tarefas repetitivas e automatizando as tarefas manuais, com tecnologias como automação de processos robóticos ("RPA"), plataformas de baixo código ("low-code"), inteligência artificial ("IA") e assistentes virtuais;

- Prodesp Shield:** conjunto integrado de tecnologias avançadas, organizadas em camadas proporcionando uma proteção abrangente e completa contra ameaças cibernéticas;

- Prodesp Cidades:** soluções, produtos e serviços tecnológicos que atuam na ampliação dos serviços à população, melhoria da gestão pública e na qualidade de vida das pessoas, permitindo que os municípios possam, considerando seu nível de maturidade em tecnologia, iniciar, ampliar ou potencializar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como elemento de gestão e operação de cidades;

- Soluções Prodesp:** desenvolvimento sob demanda de soluções tecnológicas; e

- Outsourcing TIC:** prestação de serviços de atendimento e suporte técnico de TI.

2.2. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Os ativos e passivos de tributos correntes referente aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. A Prodesp tributa seus lucros pelo regime do Lucro Real Anual.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia reconhece passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias e ativos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todos ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável ao ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias definidas pelas legislações tributárias vigentes na data do balanço. As alíquotas nominais praticadas são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

[Continuar](#)

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Os tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Prodesp contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e se pretender fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a Prodesp tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

As despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar são apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.3. Despesas antecipadas

A Prodesp classifica como despesas antecipadas a aplicação de recursos em despesas que irão incorrer em períodos subsequentes.

Software as a Service ("SaaS")

As aquisições de softwares e soluções em tecnologia da informação na forma de serviços (SaaS) podem ser classificadas como ativo intangível ou como despesas antecipadas, dependendo das características do contrato.

Nos casos em que não se atende os requisitos do CPC 04 - Ativo intangível, os valores são registrados como despesas antecipadas e apropriados à demonstração do resultado de forma sistemática e linear pelo prazo de vigência dos contratos. Esses contratos possuem prazos entre 12 e 24 meses, sendo que as parcelas amortizáveis em até 12 meses são classificadas no ativo circulante e as demais no ativo não circulante.

2.4. Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio da transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídas as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou grupo de ativos mantido para venda está disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data de classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota 9. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

2.5. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros é no mínimo de 25% do lucro auferido no exercício após destinações previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Essas distribuições são priorizadas na forma de juros sobre capital próprio até os limites legais previstos e devem ser ratificadas na Assembleia Geral dos Acionistas.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de distribuição de lucros aos acionistas quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa, quando prevista em sua política de distribuição de lucros ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.

2.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição, líquido de tributos recuperáveis, depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Prodesp as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Edifícios: 25 anos;
- Benfeitorias: 20 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Máquinas e equipamentos: 5 anos; e
- Veículos: 5 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando alienado, por exemplo, na data que o comprador obtém controle, ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado decorrente do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição menos tributos recuperáveis no momento do seu reconhecimento inicial; e após são apresentados ao custo menos tributos recuperáveis, amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A Prodesp registra ativos intangíveis apenas quando o ativo é identificável, quando o controla, quando o custo pode ser mensurado com confiabilidade e quando há evidências de que o ativo seja capaz de gerar benefícios econômicos futuros por meio da sua utilização ou emprego nas atividades da Companhia.

A Companhia cessa a capitalização de gastos com intangível a partir do momento que o ativo se encontra nas condições operacionais pretendidas pela Administração. Os gastos subsequentes ao fim da capitalização do ativo são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Prodesp não possui ativos qualificados como intangíveis com vida útil indefinida.

Um ativo intangível é baixado quando da sua alienação, ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado, ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- A Prodesp possui recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Software

A Prodesp classifica como *software* as aquisições de licenças de programas de computador e de sistemas de gestão empresarial. Os gastos associados à manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

2.8. Arrendamentos

A Companhia firmou contrato de arrendamento financeiro relacionado à aquisição de equipamentos de tecnologia para modernização do Data Center, conforme detalhado na Nota 11 - Imobilizado. Este contrato possui prazo de vencimento até dezembro de 2026 e foi negociado com taxa de CDI+1,09% a.a.

Os ativos e passivos provenientes do arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos do contrato, descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, que neste caso corresponde à taxa contratual de CDI+1,09% a.a.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, incluindo:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela; e
- Quaisquer custos diretos iniciais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento que apresentam características de aquisição são contabilizados conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado. Nesse caso, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada, independentemente do prazo do arrendamento, considerando que a Companhia terá a propriedade do bem ao final do contrato.

A Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados ao arrendamento e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um único componente de arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras de forma a produzir uma taxa periódica mensal, constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

2.9. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

• Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Prodesp para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao valor justo. No caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, exceto as contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são acrescidos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo financeiro.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

• Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Prodesp ao custo amortizado incluem apenas as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados como instrumentos de dívida.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados nesta categoria.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados nesta categoria.

• Desreconhecimento

Um ativo financeiro ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;

[Continuar](#)

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024

A Prodesp transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Prodesp também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Prodesp; e

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Prodesp reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Prodesp espera receber.

Para contas a receber de clientes, a Prodesp aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base.

A Prodesp considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Prodesp receber integralmente os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. Os passivos financeiros da Prodesp incluem fornecedores, arrendamentos e juros sobre capital próprio a pagar. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Prodesp revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos com vida útil indefinida é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Prodesp estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

2.11. Caixa e equivalentes de caixas

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento

passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Prodesp espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que refletem os riscos específicos ao passivo, quando adequado. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;

- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;

- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e

- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Prodesp.

b. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Prodesp.

c. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Prodesp.

2.14. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e revisadas emitidas pelo IASB efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Prodesp. As normas e interpretações novas e revisadas emitidas pelo IASB, com efeitos práticos a partir de 2025, estão descritas abaixo:

a. Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

A alteração visa definir critérios para taxas não conversíveis, determinando a sua conversão na data da mensuração e com base no propósito da transação. Após estimado a entidade deverá divulgar informações que permitam aos usuários entenderem como afetou o desempenho financeiro, posição e fluxo de caixa. A norma foi revisada em setembro de 2024 e passou por alterações com efeito prático para 01/01/2025.

Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Prodesp.

b. Alteração do CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração determina que entidades que mensurarem ativos e passivos a valor justo em situações de hiperinflação severa devem divulgar os motivos pelos quais a entidade não possui moeda funcional. A hiperinflação severa poderá ocorrer nos ativos e passivos mensurados a valor justo, nos seguintes casos:

- Índice geral de preços confiáveis não constar disponível;
- Não for conversível uma moeda estrangeira considerada estável;

Devendo ser aplicada as alterações de acordo com o previsto no CPC 02. A norma foi revisada em setembro de 2024 e passou por alterações com efeito prático para 01/01/2025. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Prodesp.

c. Alteração do CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controladas e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

A alteração prevê atualização na aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) nos casos de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, que estará em acordo com as práticas contábeis adotadas internacionais.

A norma foi revisada em setembro de 2024 e passou por alterações com efeito prático para 01/01/2025. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Prodesp.

d. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Emitido em abril de 2024, substituindo o ISA 1 (equivalente ao CPC 26 - Apresentação de Demonstrações Financeiras), resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

A alteração realizada no IFRS 18 modificou também o escopo do IAS 7 (equivalente ao CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), com alteração no fluxo de caixa das operações pelo método indireto de "lucro ou prejuízo do exercício" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

A Prodesp avaliará os impactos e as alterações necessárias para adoção das novas apresentações e divulgações nas demonstrações financeiras.

e. IFRS 19: subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Criada em maio de 2024, permite as entidades elegíveis a redução na divulgação, enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. A entidade para ser elegível deve ser uma controlada, conforme definido no IFRS10 (equivalente ao CPC 36 – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare as demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

A sua aplicação deverá ocorrer a partir de 01/01/2027, com a sua antecipação permitida. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Prodesp.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações. As estimativas e premissas contábeis são continuamente revisadas pela Administração. Os julgamentos, estimativas e premissas com efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir.

A Prodesp baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individual:

3.1. Ativos mantidos para venda

Em 17 de novembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a decisão de alienar os imóveis da antiga unidade Mooca, assim, o referido ativo foi reclassificado para o grupo mantido para venda. A Administração considerou que o ativo satisfaz os critérios para ser classificado como mantido para venda pelos seguintes motivos:

- Está disponível para venda imediata em seu estado atual;

[Continuar](#)

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024

- O Conselho de Administração aprovou a venda em 17 de novembro de 2023; e
- Potenciais compradores estão avaliando o imóvel.

3.2. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

Para contas a receber de clientes, a Prodesp aplica o cálculo das perdas de crédito esperadas considerando os valores vencidos há 365 dias e, em certos casos, realiza uma análise detalhada quando informações internas ou externas indicam ser improvável a recuperação destes créditos pela Prodesp.

3.3. Tributos diferidos

A Prodesp realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias está apresentada na Nota 23.2.

3.4. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para os processos judiciais de naturezas cível e trabalhista que apresentem riscos de perdas considerados como prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

4. Gestão de risco financeiro

A Prodesp está exposta a riscos de mercado, crédito e liquidez, sendo sua gestão supervisionada pela Administração. Para isso, conta com uma estrutura de governança financeira adequada. A Companhia adota iniciativas para que suas atividades envolvendo riscos financeiros sejam conduzidas conforme políticas e procedimentos estabelecidos, garantindo sua identificação, avaliação e gerenciamento alinhados às diretrizes e ao perfil de risco da empresa. O Conselho de Administração revisa e define as políticas para a gestão de cada um desses riscos, conforme resumo a seguir, com base nas demonstrações financeiras, que apresentam baixa exposição.

• Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem equivalentes de caixa e outros ativos financeiros.

A Prodesp está sujeita a riscos de mercado relacionados a fatores macroeconômicos, incluindo inflação, variação de índices de preços e restrições orçamentárias do setor público. Embora a Companhia não esteja exposta a volatilidade de preços em contratos de longo prazo, os reajustes contratuais seguem, em sua maioria, indicadores inflacionários, garantindo previsibilidade nos custos. Adicionalmente, eventuais contingenciamentos e revisões orçamentárias do Estado podem impactar a demanda por serviços e o ritmo de execução de projetos, exigindo uma gestão eficiente dos contratos e da capacidade operacional.

• Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).

A Companhia não possui exposição relevante ao risco cambial, pois suas receitas são integralmente denominadas em reais e não há clientes com faturamento em moeda estrangeira. Em relação às aquisições de bens e serviços precificadas em dólar ou outras moedas, a Prodesp adota a estratégia de conversão imediata no momento da emissão do pedido de compra, evitando oscilações cambiais entre a contratação e o pagamento. Dessa forma, a exposição ao risco de câmbio é pontual e mitigada no momento da negociação com fornecedores.

• Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações em um instrumento financeiro ou contrato comercial, resultando em perdas para a Companhia. A Prodesp está exposta a esse risco em suas atividades operacionais, principalmente no que se refere às contas a receber e ativos de contrato, bem como em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber e ativos de contrato

A Prodesp presta serviços majoritariamente para entidades do Governo do Estado de São Paulo, o que resulta em uma carteira de clientes composta, em sua maioria, por partes relacionadas. Apesar de a Companhia possuir processos estruturados de cobrança e monitoramento de recebíveis, os prazos de pagamento podem variar conforme a dinâmica orçamentária e financeira dos clientes. Entretanto, não há histórico significativo de inadimplência, pois os valores são integralmente recebidos, ainda que, em alguns casos, com prazos dilatados.

A Companhia realiza periodicamente uma análise de redução ao valor recuperável dos seus recebíveis, considerando probabilidades de perda e informações razoáveis e suportáveis disponíveis na data de encerramento do exercício. Esse cálculo leva em conta eventos passados, condições atuais e previsões econômicas futuras, garantindo que eventuais riscos sejam monitorados e mitigados adequadamente.

Adicionalmente, a Prodesp não mantém ativos recebíveis garantidos por terceiros, reforçando a necessidade de uma gestão eficiente do risco de crédito.

• Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras no vencimento. A Prodesp monitora esse risco por meio de ferramentas de planejamento de liquidez, considerando a previsão de fluxos de caixa e a necessidade de capital de giro para suas operações.

Embora a Companhia não possua financiamentos tradicionais, eventuais desafios de liquidez podem surgir devido ao descasamento entre a prestação de serviços e o recebimento dos clientes, majoritariamente entidades do Governo do Estado de São Paulo. Como os projetos contratados frequentemente demandam a aquisição de software e a contratação de serviços de terceiros antes da efetivação do pagamento pelos clientes é necessária a gestão do fluxo de caixa para evitar impactos operacionais.

A Prodesp busca manter um equilíbrio adequado entre a execução dos serviços e a gestão de seus compromissos financeiros. Adicionalmente, a Companhia não possui exposições relevantes a instrumentos financeiros de crédito ou dívida, exceto por contratos de arrendamento operacional, cujos desembolsos são planejados dentro da estrutura orçamentária vigente.

Concentração de risco

A estrutura de clientes da Prodesp é composta essencialmente por órgãos públicos estaduais, o que pode representar um fator de concentração de risco. No entanto, a ausência de inadimplência histórica e a previsibilidade dos recebimentos mitigam esse efeito.

Com relação a fornecedores, a Companhia adota políticas de compras estruturadas, distribuindo contratações entre diferentes prestadores de serviço para evitar dependência excessiva de um único parceiro comercial.

A Administração monitora continuamente sua posição de liquidez e adota medidas para garantir a sustentabilidade financeira da Companhia, considerando o perfil de seus recebíveis e compromissos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	12	15
Depósitos bancários	266	2
Aplicação financeira	590.314	548.987
	590.592	549.004
Poupatempo (Nota 7.1)	(128.638)	(89.512)
Bolsa do Povo (Nota 7.2)	(193.865)	(237.167)
Prodesp	268.089	222.325

Os saldos das aplicações financeiras contemplam aplicações e rendimentos financeiros em fundos de investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos pro rata die até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A Prodesp, na qualidade de executora dos programas Poupatempo e Bolsa do Povo, mantém contas patrimoniais e bancárias dedicadas exclusivamente para o recebimento de recursos do Governo do Estado de São Paulo e liquidações de obrigações destinados à manutenção e funcionamento dos programas, não incorrendo em acréscimos ou decréscimos patrimoniais decorrentes desta atividade.

6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber estão representados por vendas e serviços prestados substancialmente a pessoas jurídicas de direito público em geral.

	2024	2023
Contas a receber	57.805	68.493
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 26.1)	472.675	550.901
	530.480	619.394
Provisão para perdas de crédito esperadas	(69.847)	(147.263)
Total de contas a receber, líquidas	460.633	472.131

São classificados como partes relacionadas os clientes sob o controle do Poder Executivo do Estado de São Paulo, conforme apresentado na Nota 26 - Saldos e transações com partes relacionadas. Os clientes controlados pelos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado de São Paulo, bem como dos demais entes federativos, inclusive os Poderes Executivos destes entes, são classificados em "Contas a receber".

Valor por quantidade de dias vencidos (*Aging List*):

	2024	2023
A vencer	421.483	423.366
Vencidos:	108.997	196.028
De 1 a 30 dias	5.714	17.223
De 31 a 60 dias	13.634	25.355
De 61 a 90 dias	567	31.352
De 91 a 120 dias	205	1.569
De 121 a 150 dias	686	3.016
De 151 a 180 dias	139	1.354
De 181 a 365 dias	19.969	67.717
Maior que 365 dias	68.083	48.442
	530.480	619.394

Abaixo é demonstrada a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	147.263	24.163
Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 22)	5.467	123.100
Reversão da provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 22)	(82.883)	-
	69.847	147.263

7. Valores a receber e a pagar convênios

A Prodesp, empresa pública do Estado de São Paulo e entidade da administração pública indireta, foi qualificada como executora de programas governamentais financiados pelo Estado de São Paulo. Diante desta atribuição, recebe recursos para manutenção das atividades dos programas que não se caracterizam como acréscimos patrimoniais da Companhia. Os programas executados pela Prodesp são conforme seguem:

7.1. Poupatempo

Criado em 1997 pelo Decreto nº 41.761/97, o Programa Poupatempo possui como finalidade disponibilizar serviços e atendimento à população através de Postos de Serviços Atendimento inteiramente informatizados, objetivando concentrar em único espaço físico, a prestação de diversos serviços públicos, oferecendo ao cidadão, alto padrão de atendimento, com qualidade e eficiência.

O programa é referência nacional e internacional em inovação e qualidade na prestação de serviços públicos e a Prodesp, desde a inauguração, é a responsável pela implantação, instalação, operação e adequado funcionamento dos postos e gestão dos recursos financeiros repassados pela Secretaria de Gestão e Governo Digital ("SGGD") por meio de convênio, com emissão de notas de débito para ressarcimento/reembolso de despesas referentes à contratação de apoio a execução do Programa.

Diante destas atribuições, considerando que tais transações não pressupõem benefício econômico que resulte no aumento de patrimônio líquido, os recursos financeiros recebidos não representam receitas da Prodesp, sendo controlados em contas patrimoniais do ativo e passivo com prestação de contas mensal à SGGD. Tendo em vista o processo como reembolso, não há incidência tributária.

Os saldos patrimoniais para execução do Programa Poupatempo foram os seguintes:

[Continua](#)

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	2024	2023
Ativo		
Caixas e equivalentes (Nota 5)	128.638	89.512
Despesas operacionais convênios (a)	58.622	279.068
Total	187.260	368.580
Passivo		
Valores a pagar convênios	187.260	368.580
Total	187.260	368.580

(a) Despesas operacionais convênios – contrapartida aos valores de fornecedores a pagar Poupatempo, oriundos de despesas referentes à instalação, operação e adequado funcionamento dos postos.

Os valores correspondentes a “Valores a pagar convênios” estão demonstrados ou descritos abaixo:

	2024	2023
Valores a pagar convênios - fornecedores Poupatempo (a)	58.622	78.246
Valores a pagar convênios (b)	128.638	290.334
Valores a pagar convênios	187.260	368.580

(a) Valores a pagar convênios - fornecedores Poupatempo: são registrados os valores a pagar referente aquisição de bens e serviços do convênio; e

(b) Valores a pagar convênios: são registrados neste grupo as contrapartidas aos saldos não utilizados das: (i) transferências de recursos efetuadas pela SGGD para manutenção do programa Poupatempo, (ii) das receitas de exploração comercial, e (iii) receitas de aplicação financeira não utilizados para custeio de despesas do Programa.

Contingências do Programa Poupatempo

Além dos gastos com gerenciamento do programa, existem processos trabalhistas e cíveis. Em caso de condenação, os pagamentos impostos serão de responsabilidade da SGGD, desta forma, a Prodesp não registra provisões para estas contingências.

As exposições do programa Poupatempo são conforme segue:

	2024	2023
Processos trabalhistas		
Prováveis	27.506	16.214
Possíveis	20.850	23.607
Remotas	437	434
Processos cíveis		
Prováveis	4.348	3.293
Possíveis	52.274	51.734

7.2. Bolsa do Povo (Decreto estadual nº 65.812/21)

Com início em julho de 2021, o Programa Bolsa do Povo foi criado com o objetivo de concentrar a gestão de benefícios, ações e projetos, com ou sem transferência de renda, instituídos para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Estado de São Paulo.

Os recursos financeiros não transitam no resultado da Prodesp, sendo controlados em contas patrimoniais do ativo e passivo com emissão de nota de débito conforme o plano de trabalho e prestação de contas mensal.

Os saldos patrimoniais para execução do Programa Bolsa do Povo foram os seguintes:

	2024	2023
Ativo		
Caixas e equivalentes (Nota 5)	193.865	237.167
Total	193.865	237.167
Passivo		
Valores a pagar convênios	193.865	237.167
Total	193.865	237.167

A movimentação das contas é controlada em conta patrimonial do ativo e passivo, a conta “Valores a pagar convênios” corresponde aos saldos não utilizados das: (i) transferências de recursos efetuadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (“SEDS”) para manutenção do programa Bolsa do Povo e (ii) das receitas de aplicação financeira não utilizados para custeio do convênio.

8. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar estão demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e são compostos, substancialmente, por créditos tributários e encargos, atualizados periodicamente pela taxa Selic. A Prodesp recupera esses créditos por meio da compensação com outros débitos tributários, a partir do momento em que são administrativamente habilitados para utilização.

	2024	2023
Imposto de renda	114.728	56.601
Contribuição social	256	12.441
Cofins	19.669	4.787
Pasep	4.453	1.222
INSS	140	3.194
Outros	136	120
	139.382	78.365
Circulante	125.940	78.009
Não circulante	13.442	356

Imposto de renda

O saldo de imposto de renda a recuperar refere-se substancialmente a créditos acumulados de retenção na fonte sobre o faturamento, totalizando R\$ 114.728 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 56.601 em 2023).

Ao longo de 2024, a Companhia compensou R\$ 40.860 em débitos tributários utilizando créditos de imposto de renda (R\$ 27.924 em 2023). Apesar dessas compensações, o saldo de créditos de imposto de renda aumentou R\$ 58.127 em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2023. Esse acréscimo deve-se à ausência de débitos tributários suficientes ao longo do exercício, uma vez que

a Prodesp apresentou prejuízo fiscal ao longo do ano, e o lucro obtido no final do exercício não foi suficiente para absorver a totalidade dos créditos disponíveis.

Dessa forma, o saldo remanescente será convertido em saldo negativo de imposto de renda e poderá ser compensado com outros tributos. O elevado montante de retenções na fonte decorre, principalmente, da característica da base de clientes da Companhia, composta majoritariamente por órgãos públicos, os quais aplicam retenção de 4,8% de imposto de renda sobre os pagamentos realizados.

Contribuição social

No ano de 2024, a Companhia compensou R\$ 15.842 em débitos tributários utilizando créditos da contribuição social (R\$ 5.594 em 2023).

Devido ao perfil dos clientes da Companhia, predominantemente órgãos públicos estaduais e municipais, não há montantes expressivos de créditos originados de retenção da contribuição social sobre serviços prestados. O crédito apresentado resulta, essencialmente, de saldo negativo de exercícios anteriores.

9. Despesas antecipadas

A Companhia classifica como despesas antecipadas as aquisições de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) destinadas aos clientes e os pagamentos antecipados a título de SaaS realizados por meio de acordos operacionais com grandes empresas de tecnologia.

Os saldos dessas despesas são apresentados conforme segue:

	2024	2023
Fornecimento de licenças/Apoio técnico especializado (a)	19.359	129.452
Segurança cibernética (Cyber Security) (b)	200.710	171.401
Licenças de alta plataforma (c)	51.110	44.878
Outros	-	40
	271.179	345.771
Circulante	241.663	314.768
Não circulante	29.516	31.003

(a) Serviços de licenças de uso de softwares e sistemas de diversos fabricantes e fornecedores para os clientes Prodesp. Esse serviço também inclui o apoio técnico especializado para a instalação, configuração, atualização, manutenção e suporte desses softwares e sistemas;

(b) Serviços que visam proteger os sistemas, as redes, os dados e as informações da Prodesp e de seus clientes contra ataques cibernéticos, como vírus, *hackers*, *phishing*, *ransomware*, entre outros; e

(c) Serviços de licenças de uso de *softwares* e sistemas específicos para a alta plataforma da Prodesp, que é composta por computadores de grande porte e alta performance (*mainframes*). Esses computadores são capazes de processar grandes volumes de dados e transações, com alta velocidade e segurança. Permitem que a Prodesp e seus clientes possam usar os *mainframes* de forma eficiente e confiável.

Acordos operacionais

Para obter as melhores tecnologias disponíveis no mercado, a Prodesp mantém acordos firmados com grandes empresas do mercado de tecnologia, obtendo descontos significativos e agilizando as contratações de licenças de uso, serviços de suporte e treinamentos técnicos dos programas de *software*. Como parte desses acordos e decorrente de negociações por melhores preços, a Companhia realiza pagamentos antecipados.

A Prodesp, empresa de tecnologia e responsável pelo armazenamento de dados da administração pública, principalmente do Estado de São Paulo, realiza desde 2023, investimentos para aprimorar a proteção digital dos dados armazenados em seu Data Center. Esse investimento visa proteger os sistemas, as redes, os dados e as informações da Prodesp e de seus clientes contra ataques cibernéticos, como vírus, *hackers*, *phishing*, *ransomware*, entre outros.

Movimentação do exercício

A redução no saldo de despesas antecipadas no exercício de 2024 deve-se, principalmente, ao reconhecimento contínuo das despesas associadas aos contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Esse reconhecimento reflete a apropriação mensal dos valores ao longo do tempo, conforme o período de prestação dos serviços contratados.

10. Ativos não circulantes mantidos para venda

Durante o exercício de 2023, como parte da busca contínua pela eficiência operacional e pela maximização dos recursos da Prodesp, a Administração reorganizou as estruturas físicas da Companhia migrando os postos de trabalho da unidade Mooca para a Sede, assim, decidiu encerrar as atividades operacionais e administrativas na unidade Mooca e, após aprovação do Conselho de Administração em reunião no dia 17 de novembro de 2023, iniciou os procedimentos para alienação do imóvel. A desocupação e venda do imóvel proporciona à Prodesp uma economia de R\$ 10 milhões por ano, que deixa de ser gastos na manutenção do conjunto imobiliário, além disso, evita gastos estimados em R\$ 70 milhões na estrutura predial, necessários devido a deterioração do prédio pelo tempo de uso.

A Prodesp espera recuperar o valor contábil do ativo por meio da alienação, desta forma, desocupou o prédio mantendo-o disponível para venda nas condições em que se encontra.

Em dezembro de 2023, após aprovação do Conselho de Administração e disponibilização do imóvel para alienação e em conformidade com o CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, os processos de depreciação foram cessados e os saldos residuais reclassificados do ativo imobilizado para ativo não circulante mantido para venda no balanço patrimonial, conforme segue:

	2024	2023
Imobilizado (Nota 11)		
Edifícios	2.994	2.994
Terrenos	2.884	2.884
Instalações	2.244	2.244
Outros ativos	1.732	-
	9.854	8.122

A Prodesp contratou avaliadores independentes para estimar o valor justo do imóvel da Mooca, após avaliação, constatou-se que os registros contábeis não estavam superavaliados, ou seja, os saldos residuais apurados estavam adequados para fins de apresentação no balanço patrimonial.

Em 2024, a Prodesp continuou com os procedimentos para a venda do imóvel da Mooca. A manutenção do imóvel como disponível para venda também reflete a estratégia da Prodesp de otimizar seus recursos e reduzir custos operacionais. Potenciais compradores estão avaliando o imóvel para uma proposta de compra.

Continua ▶

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024

11. Imobilizado

Os saldos patrimoniais e movimentações do imobilizado foram as seguintes:

a. Saldos patrimoniais:

	Tx. anual de depreciação	2024			2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máq. e equipamentos	20%	671.022	(515.308)	155.714	593.119	(482.086)	111.033
Instalações	10%	132.998	(105.326)	27.672	118.783	(99.180)	19.603
Móveis e utensílios	10%	59.374	(45.998)	13.376	61.776	(44.840)	16.936
Benefeitorias	4%	70.812	(66.177)	4.635	70.812	(65.573)	5.239
Terrenos		3.257	-	3.257	3.257	-	3.257
Edifícios	4%	46.632	(46.130)	502	46.630	(46.102)	528
Total		984.095	(778.939)	205.156	894.377	(737.781)	156.596

b. Movimentação

	2023	Aquisição	Baixas	Depreciação	Trans. para ativo mantido para venda (Nota 10)	2024
Máq. e equipamentos (a)	111.033	91.141	(13.223)	(33.222)	(15)	155.714
Instalações	19.603	16.849	(2.634)	(6.146)	-	27.672
Móveis e utensílios	16.936	1.469	(2.156)	(1.157)	(1.716)	13.376
Benefeitorias	5.239	-	-	(604)	-	4.635
Terrenos	3.257	-	-	-	-	3.257
Edifícios	528	4	(2)	(28)	-	502
Total	156.596	109.463	(18.015)	(41.157)	(1.731)	205.156

(a) No valor total de aquisição de máquinas e equipamentos, destaca-se o montante de R\$ 40.733, referente à compra de um novo mainframe para modernização do Data Center. Os detalhes dessa transação, incluindo a forma de financiamento e condições contratuais, estão descritos na Nota 14.

	2022	Aquisição	Baixas	Depreciação	Trans. para ativo mantido para venda (Nota 10)	2023
Máq. e equipamentos	143.638	35.351	(3.297)	(64.659)	-	111.033
Instalações	24.217	3.615	299	(6.284)	(2.244)	19.603
Móveis e utensílios	15.993	2.642	1.286	(2.985)	-	16.936
Benefeitorias	5.834	101	(16)	(680)	-	5.239
Terrenos	6.141	-	-	-	(2.884)	3.257
Edifícios	3.574	-	218	(270)	(2.994)	528
Veículos	229	-	(229)	-	-	-
Outras imobilizações	376	-	(376)	-	-	-
Total	200.002	41.709	(2.115)	(74.878)	(8.122)	156.596

Em 2024, a Companhia concluiu a revisão técnica periódica da vida útil de seus ativos imobilizados, em conformidade com o CPC 27 - Ativo Imobilizado. Não foram identificados indícios de desvalorização que exigissem reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. No entanto, com base na análise realizada, a vida útil de alguns ativos foi reestimada, resultando em reflexos na depreciação futura.

12. Intangível

Os saldos patrimoniais e movimentações do intangível foram as seguintes:

a. Saldos patrimoniais:

	2024			2023		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	712.426	(409.013)	303.413	440.497	(335.634)	104.863
Total	712.426	(409.013)	303.413	440.497	(335.634)	104.863

b. Movimentação:

As amortizações são registradas de acordo com a vida útil, com taxas anuais de 20% a 50%.

	2023	Aquisições	Baixas	Amortização	2024
Software	104.863	277.235	(5.306)	(73.379)	303.413
Total	104.863	277.235	(5.306)	(73.379)	303.413

	2022	Aquisições	Baixas	Amortização	2023
Software	121.766	34.608	4.128	(55.639)	104.863
Total	121.766	34.608	4.128	(55.639)	104.863

Ativos Intangíveis e a Transformação Digital da Prodesp

Em 2024, a Prodesp consolidou sua posição como protagonista na transformação digital do Estado de São Paulo, desenvolvendo sistemas e plataformas que atendem aos critérios estabelecidos pelo CPC 04 - Ativo Intangível. Esses projetos não apenas modernizam os serviços públicos, mas também posicionam a Companhia de forma estratégica para comercializar essas soluções no futuro, ampliando sua base de receitas. Os principais projetos incluem:

• Transferência Digital de Veículos ("TDV")

A Prodesp desenvolveu uma plataforma digital inovadora para o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo ("Detran-SP"), chamada Transferência Digital de Veículos. Esta solução permite que a transferência de propriedade de veículos seja realizada completamente online, eliminando a necessidade de comparecimento físico aos postos de atendimento e cartórios. O projeto TDV otimiza o processo de transferência para cidadãos e profissionais do setor automotivo, proporcionando maior conveniência, eficiência e redução de custos operacionais.

• Sistema Eletrônico de Informações ("SEI")

A Prodesp desenvolveu o Sistema Eletrônico de Informações, uma solução que facilita a tramitação digital de processos e documentos entre órgãos públicos. O SEI permite acesso remoto e é compatível com diferentes formatos de arquivos, promovendo a integração administrativa. Entre suas funcionalidades destacam-se o controle de nível de acesso e a tramitação simultânea de processos.

• Facilita SP

A Prodesp desenvolveu o Facilita SP, uma solução tecnológica para a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Jucesp"), utilizando tecnologias de low-code e automação de processos. Low-code é uma abordagem de desenvolvimento de software que permite a criação rápida de aplicativos com pouca codificação manual, utilizando interfaces gráficas e recursos de arrastar e soltar. Este projeto inclui o Portal Integrador Estadual, que centraliza dados essenciais para o registro de empresas e integra sistemas de forma automática. O acesso é facilitado tanto via web quanto por aplicativo.

• SP Mulher Segura

O projeto SP Mulher Segura para a Secretaria de Segurança Pública tem o objetivo de fortalecer a proteção de mulheres em situação de risco. Este projeto inclui funcionalidades como o registro online de boletins de ocorrência, um botão de socorro com envio de localização em tempo real e o monitoramento de agressores por meio de tornozeleiras eletrônicas.

• Demais projetos estratégicos

Além dos projetos mencionados, a Prodesp investiu em diversas iniciativas estratégicas. Entre elas estão:

- Integrador SP: Plataforma centralizada para facilitar a integração entre aplicações e serviços públicos.
- Monitora SP: Sistema de monitoramento e gestão de trânsito.
- Muralha Paulista: Projeto de segurança pública com foco em monitoramento e prevenção.
- Acordo Paulista: Plataforma tecnológica que permite a realização de negociação e regularização de débitos tributários inscritos em dívida ativa.
- Sou SP: Aplicativo que centraliza serviços e informações para os servidores públicos de São Paulo.
- Fala SP: Canal de comunicação direta entre o governo e os cidadãos.
- Remédio em Casa: Programa de entrega de medicamentos a domicílio para pacientes do SUS.
- RECAD - Recadastramento e Prova de Vida Digital dos Servidores Públicos: Sistema para atualização cadastral e prova de vida de servidores públicos.
- Novo SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão do Detran-SP: Modernização dos serviços de atendimento ao cidadão.
- Sala do Futuro Alunos/Professores: Iniciativa para modernizar salas de aula com tecnologia avançada.

Esses investimentos modernizam os serviços públicos do Estado de São Paulo e criam um portfólio de ativos intangíveis estratégicos para a Prodesp. As soluções desenvolvidas destacam-se pela capacidade de integrar sistemas, otimizar processos e promover eficiência administrativa. Além disso, posicionam a Companhia de forma competitiva para comercializar essas plataformas a outros mercados, gerando novas oportunidades de receita e ampliando o impacto das iniciativas realizadas.

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como não identificou indicativos ou evidências de desvalorização e alterações na vida útil dos seus ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2024.

13. Fornecedores

A Prodesp registra em fornecedores valores a pagar decorrente de aquisições de bens e serviços. Os passivos registrados são apresentados conforme segue:

	2024	2023
Circulante	550.682	451.564
Não circulante	4.044	6.969
Total	554.726	458.533

14. Arrendamentos

Em dezembro de 2024, a Companhia celebrou um contrato de arrendamento para a aquisição de *mainframe* para modernização do Data Center, visando otimizar o fluxo de caixa associado à compra desses bens. A taxa de juros pactuada foi de CDI + 1,09% ao ano. Não houve desembolsos até 31 de dezembro de 2024, os pagamentos serão iniciados em 2025 e seguirão até dezembro de 2026.

a. Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2024	2023
Ativo imobilizado		
Máquinas e equipamentos (Nota 11)	40.733	-
Arrendamentos		
Circulante	21.671	-
Não circulante	19.062	-

b. Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

Não há impactos na demonstração do resultado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. As despesas com depreciação e juros sobre passivos de arrendamento serão reconhecidas a partir de 2025.

c. Informações adicionais

A Companhia utilizou a taxa de desconto definida no próprio contrato de arrendamento (CDI + 1,09% a.a.) para mensurar inicialmente os passivos de arrendamento. Essa taxa foi considerada devido às condições específicas negociadas com o arrendador. Diferentemente de situações em que é necessário estimar taxas de desconto com base em sondagens de mercado ou "spreads" de crédito, a taxa aplicada já reflete os termos e condições acordados com a contraparte.

A Companhia não possui outros arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor.

[Continua](#)

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024

15. Salários e encargos sociais

	2024	2023
Férias	51.329	50.542
Programa de participação nos resultados (PPR)	22.161	17.870
INSS	8.424	8.177
FGTS	2.367	2.357
Outros	-	2.380
Total	84.281	81.326

16. Obrigações fiscais

	2024	2023
Cofins a pagar	14.810	6.613
Cofins diferido (a)	13.526	13.491
ISS	11.299	7.328
IRRF	10.576	14.342
INSS retido na fonte	4.760	5.052
CSLL	4.867	5.690
Pasep a pagar	3.207	1.424
Pasep diferido (a)	2.936	2.929
IRPJ	-	2.218
Outros tributos	1.815	330
Total	67.796	59.417

(a) A Prodesp em conformidade com a Lei nº 10.833/03, passou a postergar (diferir) o pagamento de Pasep e Cofins incidentes sobre receitas auferidas contra pessoa jurídica de direito público, com isto, o recolhimento do Pasep e Cofins passa a ser exigido no recebimento.

17. Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos ajuizados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas e cíveis no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis. As estimativas utilizadas para constituição das provisões para contingências podem variar em relação aos valores a serem desembolsados em caso de desfecho desfavorável das discussões judiciais em andamento. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos trabalhistas e cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo de que o andamento processual depende de fatores externos, fora do controle da Companhia.

	2023	Adições	Baixas/Reversões	Atualização monetária	2024
Trabalhistas	23.208	7.600	(9.062)	11.496	33.242
Cíveis	14.387	611	(7.987)	886	7.897
Total	37.595	8.211	(17.049)	12.382	41.139

	2022	Adições	Baixas/Reversões	Atualização monetária	2023
Trabalhistas	21.467	2.987	(1.246)	-	23.208
Cíveis	11.551	3.460	(624)	-	14.387
Tributárias	2.764	-	(2.764)	-	-
Total	35.782	6.447	(4.634)	-	37.595

Processos trabalhistas

As ações trabalhistas quando iniciadas são consideradas com probabilidade de perda possível. Foram criados critérios de provisionamento dos processos conforme a fase (processo novo, decisões de mérito e execução), as ações são reclassificadas com probabilidade de perda provável, possível ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. As ações trabalhistas propostas por empregados atuais e desligados da Prodesp, bem como de suas prestadoras de serviços, correspondem à discussão de inúmeras verbas, tais como: diferenças salariais e de horas extras; equiparação salarial; reintegração; plano de saúde; doença ocupacional, multas normativas; e benefícios previstos em convenções coletivas, dentre outras.

Processos tributários

Em 2023, após avaliação em conjunto com os assessores jurídicos, a Administração determinou a adesão da Prodesp ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) ou "Litígio Zero" da União extinguindo débitos tributários (incorporados da IMESP) cobrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e, por conseguinte, extinção dos processos de cobranças. A decisão proporcionou à Companhia uma redução de 72% no débito exigido pela RFB, sendo recolhido montante de R\$ 966 com um desconto de R\$ 807 referente às multas e R\$ 1.624 referente aos juros.

Passivos contingentes cuja probabilidade de perda é avaliada como possível

A Companhia possui contingências judiciais cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração da Companhia e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

	2024	2023
Trabalhistas	59.955	36.056
Cíveis e tributárias	125.063	80.263
Total	185.018	116.319

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 744.841 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 668.232 em 2023).

Em 18 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento de ações proposto pela administração da Companhia na proporção de 1.000 (mil) para 1 (uma) ação. Assim, o total de ações da Companhia passou de 12.443.221.271 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para 12.443.221 ações ordinária, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizadas.

Em 23 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do valor do capital social em R\$ 76.609, mediante incorporação do saldo de lucros retidos até 31 de dezembro de 2022.

Em 2 de julho de 2024, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) doou para a Prodesp 14 ações ordinárias, com um valor patrimonial de R\$ 890,73 (oitocentos e noventa reais e setenta e três centavos), em decorrência de seu processo de privatização. As ações foram registradas no livro de transferências da Prodesp como ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2024, a posição acionária da Companhia é composta conforme segue:

Acionista	Quantidade de ações	Percentual de participação
Acionista controlador	12.410.805	99,74%
Estado de São Paulo	12.410.805	99,74%
Acionistas minoritários	32.378	0,26%
São Paulo Previdência (SPPREV)	32.363	0,26%
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)	14	0,00%
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)	1	0,00%
Ações em tesouraria	38	0,00%
	12.443.221	100,00%

18.2. Reserva legal

Consiste na razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício até o limite de 20% do capital social e a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social, nos termos do artigo 193 caput e § 1º da Lei Federal nº 6.404/76.

A Reserva Legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou compensar prejuízos, porém não poderá ser utilizada para distribuição de dividendos. O saldo da reserva legal é de R\$ 15.784 em 31 de dezembro de 2024.

18.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 23 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de lucros do exercício 2023 no montante de R\$ 41.637 na forma de juros sobre capital próprio ("JCP").

O item 5 da Política de Dividendos, disponível no site da Prodesp, bem como, o artigo 44 do Estatuto Social da Companhia, prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei.

A Prodesp prioriza a distribuição de lucros sob a forma de juros sobre capital próprio para utilização de benefício fiscal, conforme artigo 9º da Lei Federal nº 9.249/95. Os JCP são pagos após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. Em 2024, a Companhia registrou o montante de R\$ 24.049 referente a juros sobre capital próprio. A movimentação das distribuições de lucros ocorridas em 2024 é conforme segue:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	41.637	28.745
Distribuições propostas:		
Juros sobre o capital próprio	24.049	41.637
Lucros distribuídos:		
(-) JCP e dividendos pagos de exercício anterior	(41.637)	(28.745)
	24.049	41.637

A legislação fiscal permite que as companhias procedam o pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratando-os como despesa dedutível para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Desta forma, em 2024, os tributos foram reduzidos em R\$ 8.177 (R\$ 14.157 em 2023).

19. Receita operacional líquida

Prestação de serviços e vendas substancialmente para os clientes da Administração Direta e Indireta que têm como base a dotação e respectivas suplementações orçamentárias constantes do Orçamento do Estado de São Paulo e/ou demais interessados. Evidenciados abaixo pela receita bruta e suas respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na demonstração de resultado da Companhia:

	2024	2023
Receitas		
Cibersegurança e hiperautomação	735.115	334.311
Desenvolvimento e manutenção de <i>software</i>	688.335	770.945
<i>Outsourcing</i> TIC	374.222	440.989
Processamento de dados de alta plataforma	216.566	214.102
<i>Multicloud</i>	204.011	188.744
Serviços de postagem	104.885	130.626
Diário Oficial	90.529	127.649
Digitalização de documentos	27.469	32.817
Coleta biométrica (a)	-	181.050
Outras receitas	120.430	115.914
	2.561.562	2.537.147
Deduções		
Cofins	(189.125)	(185.552)
Pasep	(41.060)	(40.283)
ISS	(52.843)	(52.367)
Descontos	(46.900)	(51.899)
	(329.928)	(330.101)
	2.231.634	2.207.046

Continua ▶

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(a) No exercício de 2024, os serviços de coleta biométrica, anteriormente faturados diretamente aos clientes, foram custeados pela Prodesp no âmbito do Decreto nº 68.538/2024 - Plano São Paulo na Direção Certa. Consequentemente, não houve reconhecimento de receita para esses serviços no exercício.

O ambiente de austeridade orçamentária levou nossos clientes públicos a priorizarem investimentos em soluções que ofereçam maior valor agregado e eficiência operacional. Isso exige da Prodesp uma adaptação estratégica para atender às novas expectativas dessas entidades em um cenário de restrições fiscais.

20. Custo dos serviços prestados

	2024	2023
Atualização e subscrição de <i>software</i>	(724.547)	(405.517)
Serviços de terceiros e desenvolvedores	(701.419)	(887.017)
Custos com pessoal		
Salários	(186.716)	(183.598)
Encargos sociais	(120.615)	(115.395)
Benefícios e outros	(62.480)	(61.069)
Outros custos	(17.775)	(3.161)
Depreciação e amortização	(115.030)	(113.912)
Locação e manutenção de equipamentos	(11.717)	(19.312)
Outros custos	(7.234)	(8.410)
	(1.947.533)	(1.797.391)

O aumento de "Atualização e subscrição de software" entre os exercícios deve-se principalmente a serviços de segurança da informação e proteção contra ameaças cibernéticas. Esse incremento reflete os investimentos realizados ao longo do exercício necessários para a garantia da qualidade operacional e a conformidade com padrões de segurança digital.

21. Despesas com vendas, gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal		
Salários	(83.785)	(77.656)
Encargos sociais	(51.791)	(47.531)
Benefícios e outros	(41.107)	(33.541)
Serviços de terceiros	(20.295)	(33.387)
Depreciação e amortização	(6.619)	(3.445)
Energia elétrica	(3.854)	(5.919)
Licenças de <i>software</i>	(2.560)	(2.822)
Outras despesas	(11.251)	(13.682)
	(221.262)	(217.983)

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

A Prodesp registra no grupo de outras receitas (despesas) operacionais líquidas os ganhos ou perdas de transações que não constituam as atividades ordinárias da Companhia, ou seja, engloba os resultados das atividades acessórias do objeto de atividade da Prodesp e é composto conforme segue:

	2024	2023
Reversão (provisão) para perdas de crédito esperadas (a)	77.416	(123.100)
Baixa de créditos tributários não recuperáveis (b)	-	(7.919)
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.676)	1.131
	68.740	(129.888)

(a) O valor em 2024 refere-se à reversão de provisão para perdas de crédito esperadas, inicialmente constituídas em 2023, em função da expectativa de inadimplência. Contudo, devido a esforços intensivos nas negociações de cobrança, a Companhia conseguiu recuperar esses valores.

(b) Em 2023, a Prodesp avaliou junto aos seus advogados externos a probabilidade de recuperação de créditos tributários judicializados, em decorrência dessa análise a Companhia baixou o valor patrimonial de R\$ 7.919 de INSS a recuperar na demonstração do resultado devido ausência de perspectivas de recuperação.

23. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Aplicações financeiras	16.362	29.949
Receita de juros e correção monetária	10.534	4.650
Variações monetárias ativas	-	412
	26.896	35.011
Variações monetárias passivas sobre contingências	(12.382)	-
Juros	(35)	(197)
Descontos financeiros	(59)	(4)
	(12.476)	(201)
	14.420	34.810

24. Imposto de renda e contribuição social

24.1. Reconciliação do efeito de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

Os valores registrados como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido nas demonstrações financeiras estão constituídos sobre o lucro tributável de acordo com legislação vigente, sendo calculados com base nas alíquotas nominais de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	147.589	98.252
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(50.180)	(33.406)
Diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	8.177	14.157
Despesas indedutíveis	(1.165)	(1.165)
Reavaliação da recuperabilidade de ativos fiscais diferidos	(50.069)	-
Efeitos de benefícios fiscais - Lei do Bem	47.921	3.059
Outras	(1.015)	951
Imposto de renda e contribuição social	(46.331)	(16.404)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(65.719)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(46.331)	49.315
	(46.331)	(16.404)
Alíquota efetiva	31%	17%

Em 2024, a alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 31%, abaixo da alíquota nominal de 34%. Isso decorre substancialmente dos incentivos fiscais da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), aplicáveis a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. A Prodesp tem direcionado esforços para aprimorar suas soluções tecnológicas, e a utilização desse incentivo reforça seu compromisso com a inovação no setor público. Além disso, houve o reconhecimento no resultado do exercício de ativos fiscais diferidos, a administração concluiu que determinados créditos fiscais não serão realizáveis, pois referem-se a provisões para perdas com partes relacionadas, conforme Nota 24.2. No caso dos incentivos fiscais da Lei do Bem, a Prodesp tem direcionado esforços para aprimorar suas soluções tecnológicas, e a utilização desse incentivo reforça seu compromisso com a inovação no setor público.

24.2. Composição e movimentação do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças tributáveis, ou seja, diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor do ativo for recuperado.

Os impostos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e são compostos conforme segue:

	2023	Demonstração do resultado	2024
Provisão para perda de crédito esperada (a)	50.069	(50.069)	-
Provisão para desvalorização de investimentos	964	-	964
Provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados	6.076	1.459	7.535
Contingências trabalhistas	12.782	1.205	13.987
Provisão para perdas no recebimento de outros ativos	1.427	(353)	1.074
Provisão para perdas de outros valores a receber	-	1.427	1.427
Ativo fiscal diferido	71.318	(46.331)	24.987

	2022	Transferência IMESP	Demonstração do resultado	2023
Provisão para perda de crédito esperada	1.151	-	48.918	50.069
Provisão para desvalorização de investimentos	1.046	-	(82)	964
Provisão para participação nos lucros e resultados	8.172	-	(2.096)	6.076
Contingências trabalhistas	2.650	6.206	3.926	12.782
Provisão para perdas no recebimento de outros ativos	2.778	-	(1.351)	1.427
Ativo fiscal diferido	15.797	6.206	49.315	71.318

(a) A redução do saldo no valor de R\$ 50.069 refere-se ao reconhecimento no resultado do exercício de ativos fiscais diferidos, a administração concluiu que determinados créditos fiscais não serão realizáveis, pois referem-se a provisões para perdas com partes relacionadas.

25. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Prodesp, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A Prodesp não possui itens com efeitos potenciais de conversões de instrumentos ou direitos em ações que possam alterar a remuneração por ações dos atuais detentores, assim, o resultado diluído por ação é o mesmo do resultado básico por ação. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	101.258	81.848
Média ponderada da quantidade de ações	12.443.221	12.443.221
Lucro básico e diluído por lote de mil de ações	8,14	6,58

Continua ▶

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

26. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo ("SEFAZ"), e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item 2 da sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16.

26.1. Saldos a receber e a pagar

Os saldos a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados nas rubricas "Contas a receber de clientes" e "Valores a receber convênios" do balanço patrimonial e nas Notas 6 e 7:

	2024	2023
Administração direta	377.398	500.130
Administração indireta	95.277	50.771
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 6)	472.675	550.901
Provisão para perda de crédito esperada	(64.554)	(141.599)
Contas a receber de partes relacionadas, líquidas	408.121	409.302
Valores a receber convênios - Poupatempo (Nota 7.1)	58.622	78.246
Saldo a receber de partes relacionadas	466.743	487.548
Valores a pagar convênios - Poupatempo (Nota 7.1)	128.638	89.512
Valores a pagar convênios - Bolsa do Povo (Nota 7.2)	193.865	237.167
Saldo a pagar para partes relacionadas	322.503	326.679

26.2. Serviços prestados para partes relacionadas

	2024	2023
Administração direta	2.038.021	1.702.129
Administração indireta	81.272	267.177
Total	2.119.293	1.969.306

26.3. Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrados na rubrica "Outros ativos circulantes" do balanço patrimonial, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

A composição dos valores pendentes de recebimento referente a funcionários cedidos está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Secretaria da Fazenda e Planejamento	72	65
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	47	41
Secretaria Gestão e Governo Digital	34	-
Casa Civil	33	9
Município de São Vicente	18	31
Secretaria Especial de Relações Internacionais	-	30
Total	204	176

26.4. Remuneração da administração

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio das deliberações Conselho de Defesa dos Capitais do Estado

(CODEC) nº 001/2024 e nº 001/2023, e baseada no desempenho e competitividade de mercado, relacionados ao negócio da Companhia estando sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária. Os gastos relacionados à remuneração e encargos dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, registrados na rubrica "Salários", foram de R\$ 5.836 e R\$ 4.686.

Os números de membros dos colegiados nos exercícios, eram:

	2024	2023
Conselho de Administração	10	10
Diretoria Executiva	7	7
Conselho Fiscal	5	5
Comite de Auditoria Estatutária	5	4
Total	27	26

26.5. Juros sobre capital próprio

Os saldos a pagar de Juros Sobre Capital Próprio estão registrados na rubrica "Juros sobre o capital próprio" do balanço patrimonial e detalhados na Nota 18.3.

27. Cobertura de seguros (não auditado)

A Prodesp tem a política de contratar coberturas de seguros nos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As coberturas de seguros são conforme segue:

Ramo	Tipo de cobertura	2024	2023
Riscos nomeados	Empresarial/Incêndio/Roubo	616.215	578.658
Seguro de vida	Vida empresarial	110.013	109.493
D&O - Directors and Officers	Responsabilidade civil	30.000	12.500
Veículos	Veículos	1.000	500
E&O - Certificados	Responsabilidade civil	1.650	1.000
Outros	Transportes	150	150
Total		759.028	702.301

28. Relacionamento com auditoria externa

A Prodesp possui um contrato de auditoria externa com a BDO RCS Auditores Independentes, empresa que examina e emite opinião sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Este contrato abrange a auditoria dos exercícios de 2024, 2025 e 2026, assegurando continuidade e profundidade nas análises e revisões. A Prodesp também mantém uma relação transparente e ética com os auditores independentes, fornecendo todas as informações e documentos necessários para a realização dos trabalhos de auditoria, bem como atendendo às recomendações e às sugestões de melhoria apresentadas pelos auditores. A Prodesp reconhece a importância da independência dos auditores independentes para a credibilidade e a confiabilidade das Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como para a proteção dos interesses dos acionistas, dos credores e da sociedade em geral. A empresa de auditoria externa não realizou serviços de consultoria.

29. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2024, têm sua aprovação pelo Conselho de Administração conforme ata de reunião realizada no dia 13 de março de 2025.

30. Eventos Subsequentes

Em virtude do encerramento do Convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Social -SEDS e a PRODESP (Convênio SEDS nº 01/2022 - Termo 10) em 31 de dezembro de 2024, os recursos financeiros não disponibilizados para as ações do Programa serão revertidos para a Fazenda do Estado de São Paulo, conforme prestação de contas anual do exercício de 2024.

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário da Prodesp para o Exercício de 2024

1. Introdução

O relatório registra as atividades do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) em 2024. O CAE é um órgão permanente vinculado ao Conselho de Administração (CA) da Prodesp, composto por cinco membros independentes. Houve mudanças na composição do CAE em 2024, com a renúncia do Coordenador João Carlos Castilho Garcia e a posse de Marcelo Almeida como Coordenador e Sérgio Tadeu Neiva Carvalho como Membro. Todos os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

1.1 Finalidade

As atribuições do CAE são definidas pela Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016, Estatuto Social da Prodesp e Regimento Interno do CAE. O Comitê de Auditoria Estatutário assessora o CA nos seguintes assuntos:

- Elaboração e monitoramento das demonstrações financeiras.
- Atividades das auditorias interna e independente.
- Gestão de riscos, controle interno e integridade.
- Relações com partes relacionadas.
- Sistemas de transparência, ouvidoria e denúncias.

Os membros do CAE não atuam como auditores ou contadores. A responsabilidade pela integridade das demonstrações financeiras é dos administradores e auditores independentes.

2. Desenvolvimento

O Plano de Trabalho do CAE, aprovado pelo CA em 29/02/2024, balizou sua atuação no exercício de 2024 no sentido de cumprir suas atribuições legais, ocasiões em que se reuniu com diversas áreas de negócio da empresa. Os trabalhos realizados, que cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê, foram registrados nas atas de suas reuniões, nas atas do CA, ou dos Órgãos Colegiados junto aos quais se reuniram.

Nas diversas reuniões, abordou, em especial, assuntos relacionados à gestão de riscos, controles internos, aspectos contábeis e controles para a elaboração das demonstrações financeiras (DFs), registros de ouvidoria e recomendações emitidas pela auditoria interna, pela auditoria independente ou por órgãos externos de fiscalização e controle. Também foram discutidos assuntos relacionados às operações, ao comercial e finanças da Companhia.

Nas situações em que identificou possibilidades de melhoria, recomendou aprimoramentos. Em 2024, foram expedidas 12 (doze)

solicitações, das quais 5 (cinco) foram atendidas oportunamente. Quanto às recomendações, no exercício de 2024 foi expedida 1 (uma), que foi atendida.

A seguir, serão destacados os principais assuntos que foram objetos de interação com as unidades da Prodesp e os temas transversais tratados junto à Companhia em 2024:

- **Posição Econômica e Financeira:** Regularmente discutida em todas as reuniões, com foco nos resultados acumulados, fluxo de caixa, contas a receber e receitas a faturar. Em 2024, a Companhia enfrentou desafios significativos, incluindo a necessidade de melhorar a gestão do fluxo de caixa e a cobrança de clientes inadimplentes.
- **Auditoria Interna:** Status dos trabalhos de auditoria, revisão técnica das demonstrações financeiras, auditorias de conformidade e gestão de riscos. A auditoria interna desempenhou um papel crucial na identificação de áreas de melhoria e na implementação de controles mais robustos.
- **Auditoria Externa:** Discussões sobre a contratação e o desempenho da auditoria externa, revisões das demonstrações financeiras trimestrais. A auditoria externa forneceu uma visão independente e crítica sobre as práticas financeiras da Companhia.
- **Governança e Compliance:** Implementação de políticas de governança, privacidade e proteção de dados pessoais, monitoramento das metas corporativas e do canal de denúncias. A Companhia fez progressos significativos na melhoria de suas práticas de governança e compliance.
- **Processos Judiciais e Contingências:** Atualizações sobre processos judiciais, provisionamentos e recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). A gestão eficaz desses processos foi essencial para minimizar os riscos legais e financeiros.

Em 2024, a Prodesp incentivou o CAE à participação em cursos de Governança, Riscos e Controles, Cibersegurança e treinamento sobre o Código de Conduta e Integridade.

3. Considerações Finais

O CAE analisou o Relatório da Administração de 2023, o Relatório de Sustentabilidade e o Relatório dos Auditores Independentes, em complemento às demonstrações financeiras de 2023, que foram elaboradas em conformidade com as normas legais e contábeis do Brasil, sinalizadas favoravelmente pelo CAE à aprovação pelo Conselho de Administração e envio à Assembleia Geral Ordinária.

Até o fechamento do relatório, não houve registro de denúncias de descumprimento de normas, ausência de controles, fraudes, falhas ou erros que comprometessem a continuidade da empresa ou a fidedignidade das demonstrações financeiras.

Convém destacar desafios e recomendações pautadas pelo colegiado:

- **Gestão do Fluxo de Caixa:** Melhorar a gestão do fluxo de caixa, implementando processos de cobrança mais eficazes e negociando prazos de pagamento com os fornecedores.
- **Fortalecimento dos Controles Internos:** Continuar a fortalecer os controles internos, especialmente nas áreas de finanças e operações.
- **Aprimoramento da Governança e Compliance:** Melhorar as práticas de governança e compliance, implementando políticas e procedimentos robustos.
- **Gestão de Riscos:** Priorizar a identificação e mitigação de riscos, implementando um sistema de gestão de riscos eficaz.
- **Engajamento dos Stakeholders:** Envolver stakeholders, incluindo governo, clientes, fornecedores e funcionários, para alinhar com os objetivos estratégicos e garantir a sustentabilidade a longo prazo.

Por fim, o CAE declara que cumpriu as atividades previstas no Plano de Trabalho para 2024 e reafirma seu compromisso com a transparência, integridade e excelência na governança corporativa, contribuindo para a sustentabilidade e sucesso da Prodesp.

4. Manifestação quanto às Demonstrações Contábeis - 2024

O CAE, em 24 de fevereiro de 2025, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu à análise das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e, considerando suas análises, as informações apresentadas pelo Departamento de Controladoria da Companhia e também pela BDO RCS Auditores Independentes, o CAE manifestou que as Demonstrações Financeiras da PRODESP do exercício de 2024 encontram-se em condições de serem submetidas ao Conselho de Administração e recomendou a sua aprovação.

São Paulo, 12 de março de 2025.

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário: Marcelo Almeida. **Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:** Carla Cristina de Oliveira Poletti, Karolina Fossêca Lima, Moacyr Vieira Serodio Filho, Sérgio Tadeu e Neiva Carvalho

[Continuar](#)

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ: 62.577.929/0001-35

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE E DO CONSELHO FISCAL

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis - Referente ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

Aos Acionistas e Conselheiros da **Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp - São Paulo - SP**

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp** ("Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, Prodesp ou Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 26, a Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Fazenda do Estado de São Paulo, e com empresas/entidades a ela relacionadas, conforme Item 2 da sua política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o Inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16. De acordo com os Itens 26.1 e 26.2 da referida nota explicativa, em 31 de dezembro de 2024, o montante dos saldos a receber pela Prodesp decorrentes de transações com partes relacionadas atingiu o valor de R\$ 531.297 mil e dos serviços prestados pela PRODESP, o valor de R\$ 2.119.293 mil. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – informação suplementar

As demonstrações financeiras acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se

suas forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes. O relatório de auditoria de 31 de dezembro de 2023 foi emitido datado de 15 de março de 2024, contendo parágrafos de ênfase referente a "Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022" e "Transações com partes relacionadas".

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

Roberto Camargo

Sócio auditoria - CRC 1 SP 191164/O-7

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2024

O Conselho Fiscal da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP reuniu-se nos termos da legislação vigente e do estatuto da Sociedade, para examinar e dar parecer sobre o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, do Movimento das Contas do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas. Baseando-se nos exames e verificações que efetuou mensalmente nos balancetes da Companhia, no relatório final dos auditores independentes e nos esclarecimentos da diretoria e do Comitê de Auditoria Estatutário realizados ao Colegiado, opinou por considerar que as referidas Demonstrações Financeiras encontram-se em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 14 de março de 2025.

José Lopes Hott Junior
Luzia Valeria Sarno
Maurício Barutti de Oliveira
Tarcila Peres Santos
Wagner de Campos Rosário

Conselho de Administração

Presidente

Eduardo Aggio de Sá

Conselheiros

André Rodrigues Frôes (Membro Independente)
Carlos Augusto Jatayh Duque-Estrada Junior (Membro Independente)
Gileno Gurjão Barreto
João Rodrigues da Silva Filho
Leonardo José Mattos Sultani
Marcelo Almeida (Membro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário)
Marcos Tadeu Yazaki (Membro Representante dos Empregados)
Paulo Robério Tavora Pinho
Ricardo César de Moura Jucá
Rogério Campos

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente

Gileno Gurjão Barreto

Diretor Administrativo-Financeiro

Camilo Cogo Cavalcanti

Diretor Jurídico, de Governança e Gestão

André Luiz Sucupira Antonio

Diretor de Relacionamento com o Cliente

Thiago Waltz Alves

Diretor de Desenvolvimento de Sistemas

Rafael Almeida Fernandez Soto

Diretor de Operações

Rafael Almeida Fernandez Soto (cumulativamente a partir de 01/01/2025)

Diretor de Serviços ao Cidadão

Carlos Henrique Netto Vaz

Contador

Matheus Romualdo de Jesus - CRC SP 328640/O-4